



O PRESUMIDO GAY DA TV ESCOLA

Denise Bastos de Araujo¹

Resumo: Esse artigo pretende refletir sobre a representação da homossexualidade masculina que aparece na dissertação “Representações sociais de gênero na TV Escola: uma análise feminista” (2010), que objetivou analisar qualitativamente os vídeos da TV Escola, em uma perspectiva feminista. Considerando que o kit anti-homofobia foi vetado, pretende-se problematizar os dois produtos, que são frutos de políticas públicas que nascem com uma década de diferença (2000 e 2010), e que poderão ser percebidos, respectivamente, como avanço e retrocesso para a escola. Para tanto, a Teoria *Queer* subsidiará tais discussões, que são fundantes para a construção de um dos aspectos da cidadania plena.

Palavras-chave: Educação. Kit anti-homofobia. *Queer*. Representação. TV Escola.

¹ Professora da Secretaria da Educação do Estado da Bahia lotada no Instituto Anísio Teixeira, bióloga, mestra pelo NEIM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia. Doutoranda do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA. denibastos@ig.com.br

Negar a ausência do outro já é a
confirmação de sua presença.
(GOMES, 1994, p. 51)

INTRODUÇÃO

Esse trabalho se propõe discutir o aparecimento de uma identidade presumidamente gay que aparece em dois vídeos que fizeram parte da dissertação de mestrado “Representações sociais de gênero na TV Escola: uma análise feminista”, concluída em 2010.

A pesquisa objetivou analisar qualiquantitativamente uma amostra da Coleção DVD Escola, instrumentalizada pelo DVD² 11 da TV Escola, que aborda episódios da História do Brasil no período republicano. A pesquisa foi norteadada pelos princípios das teorias feministas e seus resultados mostraram que, embora as mulheres estejam presentes na narrativa, elas aparecem pouco em relação aos homens, seus nomes quase não são citados, tecem poucos diálogos entre elas com conteúdos superficiais e, na maior parte das suas aparições, encontram-se dentro de casa, cuidando dos afazeres domésticos e da família. Paralelamente, podemos apontar alguns avanços nas abordagens desses vídeos. Eles inserem o espaço privado em conteúdos de História do Brasil; aparecem alguns discursos de identidades não hegemônicas tais como índios e negros; mostra uma família inter-racial; algumas representações de mulheres com atuação política, inclusive negras; além de um homossexual masculino, que aqui, sobremaneira, nos interessa.

No caso específico da amostra, que contém oito vídeos, somente nos episódios “A era Vargas” e em “Uma cidade se faz do sonho” é que aparece a identidade gay, cujo personagem ocupa papel secundário, aparecendo não mais do que 3 minutos, (embora o DVD11 totalize quase 140 minutos) e não é identificado com um nome.

Considerando que a TV Escola tem como meta a produção e disseminação de vídeos didáticos, e como a pauta de discussões sobre as identidades LGBTTI ainda está fora da escola, acreditamos que fazer a conexão entre o DVD11(2000) que foi distribuído pelo MEC para 75.000 escolas públicas brasileiras e o Kit anti-homofobia (2010) pode gerar alguns questionamentos. Isso porque a escola pode ser considerada tanto um espaço profícuo para as transformações sociais, como também para a criação e manutenção de estereótipos.

² O DVD 11 pertence a primeira coleção de cinquenta DVD's distribuídos para as escolas, e abordam diversas temáticas.

A IDENTIDADE GAY NA TV ESCOLA³ EM 2010

Nos dois programas do DVD 11, a representação de um personagem gay está associada à profissão ligada à arte, e em uma das breves cenas em que ele aparece, faz parceria com uma vedete do teatro rebolado.

O diálogo⁴ a seguir pretende ilustrar um dos aparecimentos desse personagem: a cena acontece nas dependências de um teatro, onde, possivelmente o dono do espaço, comenta com o casal de artistas a decisão de Getúlio Vargas em avançar com as garantias trabalhistas.

Teatro da Revista – Rio de Janeiro, 1939.

Rádio – O trabalhador brasileiro tem direito a novos benefícios: férias remuneradas, salário mínimo, hora extra. O que antes ele só conseguia com suor e luta, agora tem garantido pela justiça do trabalho.

H1 – He! he! Esperto esse Vargas! Fez essas leis só pr'a esvaziar a luta dos esquerdistas em favor dos operários.

M1 – Seja como for, ele faz. Antes dele, a gente só tinha direito de trabalhar, mais nada.

H2 – Ah! Isso é verdade!

H1 – Em compensação, o que Vargas faz de ruim...

M – O que é que ele faz de ruim?

H2 – O que??

H1 – Continua comprando e queimando café. E agora deixou o açúcar pela hora da morte.

M1 – Que culpa ele tem disso?

H2 – Que culpa? Diga, diga!

H1 – Criou esse tal de Instituto do Açúcar e do Alcool pra favorecer usineiro. Nunca o açúcar foi tão caro!

Rádio – Trabalhadores do Brasil! Eu...

Com o corpo anatômico presumivelmente de homem, e com roupas bordadas com lantejoulas verdes, o personagem se coloca em cena, diametralmente, entre o homem e a mulher com os quais contracenava. Suas intervenções no diálogo estão sempre reafirmando o posicionamento político da mulher, que se contrapõe aos do homem. Os trejeitos corporais somados à voz nasal indecisa fogem ao modelo hegemônico

³ A TV Escola surgiu em 1995, em caráter experimental. É a televisão pública do Ministério da Educação destinada aos professores e educadores brasileiros, aos alunos e a todos interessados em aprender. A TV Escola não é um canal de divulgação de políticas públicas da educação. Ela é uma política pública em si, com o objetivo de subsidiar a escola e não substituí-la.

⁴ Legenda: H1=homem cliente ou funcionário do teatro; H2= o artista; M1= a artista.

masculino e reforçam o estereótipo do gay. Ele tem aparência efeminada e caricata, expressando o estereótipo que induz ao deboche.

O KIT ANTI HOMOFOBIA

As pesquisas “Juventudes e Sexualidade”, aplicada em 241 escolas públicas e privadas em 14 capitais brasileiras, realizada pela UNESCO⁵ no ano 2000 e publicada em 2004; “Revelando Tramas, Descobrimos Segredos: Violência e Convivência nas Escolas”, publicado em 2009 pela Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana que utilizou a amostra de 10 mil estudantes e 1.500 professores(as) do Distrito Federal; “Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar” realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, publicada em 2009 que se baseou nas respostas de 18,5 mil alunos, pais e mães, diretores, professores e funcionários de todo o país; e “Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil: intolerância e respeito às diferenças sexuais” da Fundação Perseu Abramo e publicada em 2009 confirmam que a homo/lesbo/transfobia permeiam a sociedade brasileira e está presente nas escolas e assim, respaldaram o Brasil sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual.

Com a edição do Programa, ainda em 2004, contando com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a discussão sobre a homofobia passa a ter caráter de política de estado. Assim, a 1ª Conferência LGBT foi realizada em 2008, com participação dos poderes públicos e da sociedade civil para a produção do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBT, que foi lançado em 2009. Uma dessas ações fez nascer o Projeto Escola Sem Homofobia, que tem como norte a formação de professores/as e a produção de materiais didático-pedagógicos na perspectiva de tratar a diversidade sexual com foco no combate à homofobia.

Elaborado por especialistas de ONG’s como a Pathfinder do Brasil, ECOS⁶ e Reprolatina⁷, o conhecido “kit anti-homofobia” é composto por um caderno, seis boletins (Boleshs), 5 audiovisuais⁸ em dois DVDs com seus respectivos guias, um cartaz, além de uma carta de apresentação para a gestor/a e para educadores/as, deveria ser lançado pelo Ministério da Educação (MEC). Com o veto da presidenta, o material

⁵ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

⁶ ECOS – Comunicação em Sexualidade

⁷ Reprolatina – Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva

⁸ “Boneca na mochila”, “Encontrando Bianca”, “Medo de quê?”, “Probabilidade” e “Torpedo”.

didático não foi distribuído, mesmo tendo sido avalizado pelo Conselho Federal de Psicologia, pela UNESCO, pela UNAIDS⁹, e analisado pelo Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação do Ministério da Justiça, e considerado apropriado para o Ensino Médio.

A TEORIA E PRÁTICA *QUEERS*

Consciente de que nossa sociedade está moldada a partir de fortes desigualdades de gênero, raça, classe social, geração e orientação sexual, no caso específico das relações de gênero, a sociedade tem um princípio organizador, a partir da heterossexualidade, nas suas práticas sociais, tanto com caráter individual como institucional e assim, reiteradamente, a população LGBTTI permanece sem possibilidades de visibilidade na escola.

As representações das pessoas veiculadas pela mídia são tomadas como modelos que são apreendidos por todos/as, e como existe uma complementaridade dos espaços múltiplos¹⁰ nos quais algum tipo de mídia está presente, os efeitos dessa aprendizagem são potencializados, como é percebível com o sucesso do projeto da heterossexualidade. Vale ressaltar que feminino e masculino carregam conceitos reducionistas que limitam a expressão das múltiplas sexualidades da humanidade, até porque “identidades de gênero não correspondem a identidades sexuais” (LOURO, 1997, p. 27).

Nessa perspectiva, Judith Butler (2003, p. 24-25) faz a crítica ao feminismo como uma produção que reafirma a diferença entre os sexos. Essa autora argumenta que, se sexo e gênero são diferentes, sendo um, fixo, moldado pela natureza, e outro, maleável, em função da cultura, isso significa dizer que os corpos sexuais podem produzir variedades de gênero e, nesse caso, o exercício da sexualidade pode ser clandestino, podendo ser ou não denunciado pelo corpo. Caminhando no sentido de criar uma cultura voltada para a diversidade é que as identidades não hegemônicas se organizam e passam a se autodenominar *queer*, formando o que Preciado (2000) chamou de multidões *queer*.

A denominação “Teoria *Queer*” foi empregada pela primeira vez por Teresa de Lauretis em 1990, durante uma conferência na Califórnia. O termo *queer* era utilizado

⁹ Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids

¹⁰ Aqui se define espaços múltiplos como imagens na televisão, em revistas, livros didáticos, filmes, internet, dentre outros.

para se autodenominar, ou seja, um xingamento que denotava anormalidade, perversão e desvio, servia para destacar o compromisso em desenvolver uma analítica da normalização que, naquele momento, era focada na sexualidade (MISKOLCI, 2009).

Dizendo de outra forma, *queer* é:

[...] o estranho, raro, esquisito. *Queer* é, também, o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transsexuais, travestis, *drags*. É o excêntrico que não deseja ser “integrado” e muito menos “tolerado”. *Queer* é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do “entre lugares”, do indecível. *Queer* é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina. (LOURO 2004, p. 8).

Para entendimento da construção do sujeito *queer*, nada melhor do que conjugar a produção do discurso hegemônicos que pode promover a exclusão de alguns sujeitos, o “dispositivo da sexualidade”¹¹ e o conceito de complementaridade¹² de Jaques Derrida citado em Miskolci (2009). Os enunciados possibilitam a explicação da construção do projeto elaboradíssimo e bem sucedido da heterossexualidade, onde a escola tem sido campo fértil para sua alimentação. Dessa forma, o princípio básico da diferença do par hetero/homo atua ininterruptamente para que a construção da sociedade heterossexista permaneça inalterável.

ESSA É A ESCOLA QUE QUEREMOS?

Com a reforma do ensino em vigor, foi criada a mais recente LDB, através da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que, conjugada aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), possibilitou as discussões sobre gênero em sala de aula, através da Orientação Sexual, um dos cinco Temas Transversais¹³ propostos no documento (BRASIL, 1998). Embora amplamente criticada por trazer uma proposta incipiente e por utilizar uma nomenclatura inadequada, é justamente no espaço disponibilizado pela

¹¹ “O dispositivo da sexualidade engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito [...] O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos.” (FOUCAULT, 1979, p. 244).

¹² A complementaridade mostra que significados são organizados por meio de diferenças em uma dinâmica de presença e ausência, ou seja, o que parece estar fora de um sistema já está dentro dele e o que parece natural é histórico. Na perspectiva de Derrida, a heterossexualidade precisa da homossexualidade para sua própria definição [...] (Moskolci,2009, p. 153)

¹³ Os demais temas transversais proclamados pelos PCN's são: Diversidade Cultural, Ética, Meio Ambiente e Saúde.

Orientação Sexual que essa discussão se torna exequível dentro da escola, apontando para a perspectiva de alteração da norma heterossexista.

O Tema Transversal “Orientação Sexual” tem como um de seus objetivos “reconhecer como construções culturais as características atribuídas ao masculino e ao feminino, posicionando-se contra as discriminações a eles associadas” (BRASIL, 1998, p. 311). O documento legitima as discussões sobre as relações de gênero, mas traz uma proposta superficial, na medida em que não se refere às demais sexualidades. A proposta aponta para uma escola que, ao identificar as diferenças entre homens e mulheres, se propõe a respeitar tais diferenças para uma convivência pacífica e cidadã, reiterando as posições já demarcadas do feminino e masculino, visto que essa diferença carrega relações de poder. Esses são alguns registros que ficam mais evidenciados através da consulta às referências bibliográficas utilizadas para a redação do documento que, particularmente, não apresentam obras fundamentais cujos autores discutam a sexualidade.

Não se pode negar que a escola tem responsabilidade na disseminação dos estereótipos. Nesse sentido, Junqueira (2009, p. 15) afirma que *a escola configura-se em lugar de opressão, discriminação e preconceitos no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência*. A escola hoje não é mais o único espaço de formação. A mídia, principalmente os audiovisuais, tem papel relevante porque transmitem imagens que são inseridas no espaço escolar através dos materiais didáticos. Além disso, eles estão presentes na vida dos estudantes nos espaços extraclasse. Para Moran (1995, p. 1):

A televisão, o cinema e o vídeo – os meios de comunicação audiovisuais – desempenham, indiretamente, um papel educacional relevante. Passam-nos continuamente informações, interpretadas; mostram-nos modelos de comportamento, ensinam-nos linguagens coloquiais e multimídia e privilegiam alguns valores em detrimento de outros.

Como Joan Ferrés (1996, p. 7) adverte “uma escola que não ensina como assistir a televisão é uma escola que não educa”. Ora, nós sabemos que esse meio de comunicação também está comprometido com o projeto heterossexista, então é preciso que professores/as estejam atentos para a inserção das múltiplas sexualidades, porque segundo a televisão e a escola, o “cardápio” só apresenta dois modelos: menino ou menina. Mas a escola também pode transgredir e ser o espaço profícuo para atingir o cerne dessas questões, ao incluir a leitura crítica, desconstruir e reconstruir os papéis

sexuais, já que ela se dispõe a ser um espaço de inclusão dentro das premissas dos direitos humanos.

Dessa forma, é possível afirmar que o potencial revolucionário dos audiovisuais tem a capacidade de transformar a sociedade. Nesse sentido, apesar de Vânia Carneiro (2002, p. 103) estar se referindo mais objetivamente à televisão, é possível concordar que:

Espera-se que a escola (en)foque o mundo audiovisual, faça da TV objeto de estudo, conheça-lhe linguagem, programação, condições de produção e de recepção e a incorpore pedagogicamente [...] na recepção de mensagens [...] ocorrem mediações cognitivas, culturais, situacionais, estruturais e as ligadas ao meio televisivo, à intencionalidade do emissor. O receptor é sujeito ativo e pertence ao contexto sócio cultural específico. Interpreta mensagens seguindo sua visão de mundo, experiências, valores, a cultura de seu grupo. Recepção não é só o momento de assistir ao programa; prolonga-se nos cotidianos e em comunicações habituais, constitui-se espaço de produção de sentidos, conhecimentos.

A autora mostra a importância da interação entre produção e recepção, o que justifica como a heterossexualidade se apresenta como a única forma de representar a vida social.

Portanto, a diferença dita sexual nasce de uma diferença biológica mínima que serve de argumento para uma prática discursiva hegemônica. Butler (2003, p. 24-25) defende que só existem dois sexos (macho e fêmea), mas, quem pode garantir que machos produzam sempre a conformação dos papéis masculinos e mulheres os papéis femininos? Ao normatizar a heterossexualidade, cujo arranjo beneficia interesses econômicos e políticos, a sociedade cria modelos nos quais não cabem outras expressões da sexualidade. Como o estado, a família, a escola e, hoje, muito mais, as mídias são amplamente aceitos como as “instituições que fabricam o sujeito” (LOURO, 1997, p. 25), aqui nos interessa, sobremaneira, dois desses espaços, escola e mídia.

Que sujeitos a escola tem idealizado e produzido? Uma breve síntese do pensamento de Roberto Reis (1992) mostra como a ideologia se estabiliza através da linguagem.

[...] no interior de qualquer formação cultural as camadas dirigentes se valem de diversas formas discursivas e as transformam em ideologia para assegurar o seu domínio. [...] a linguagem também organiza o real, de tal forma que pensaremos como ‘real’ aquilo que o horizonte da linguagem [...] articula como tal. A realidade passa a ser conhecida e o mundo, uma vez inserido na ordem simbólica, assume um caráter humano e social [...] a linguagem também hierarquiza e engendra em seu bojo mecanismo de poder, na medida em que ela articula e está articulada pelas significações

forjadas no seio de uma dada cultura, no interior da qual, como ficou dito, as ideologias estão operando para garantir a dominação social [...] Em várias culturas a escrita se complexificou extremamente, a ponto de ter sido necessário criarem-se instâncias reprodutoras de seus meandros, como a escola, a fim de que se pudesse passar, de geração a geração, os segredos da vigilância social por ela propiciados.

O que faz o MEC inserir um personagem gay nos materiais referentes a História do Brasil em 2000, sem proposição para o debate sobre a sexualidade, e 10 anos depois, e quando lança a proposta de um kit de combate a homofobia, que envolve a formação para professores/as, tem como resultado a discussão acalorada na esfera governamental e midiática no país para culminar com o veto da presidenta? As inquietações a esse respeito podem sugerir algumas explicações.

Quando a equipe de produção da TV Escola coloca um presumido homossexual nos conteúdos de História do Brasil, a princípio pode parecer um avanço, afinal os materiais didáticos sempre reafirmaram o binarismo homem/mulher. No entanto, a hipótese mais plausível para explicar tal inserção passa por alguns trabalhos desenvolvidos na perspectiva da crítica aos materiais didáticos, os quais, primeiramente, focaram textos e imagens dos livros e, mais recentemente, atendendo às exigências do avanço das novas tecnologias para a educação, passam a focar os audiovisuais. Partindo da premissa que seja difícil alguém se identificar com o personagem apresentado pela TV Escola, então, para que foi mesmo que o gay apareceu? Para entender melhor encontrei em Marcondes, Menezes e Toshimitsu (2003, p. 28-30) uma possibilidade de explicação:

Comportamento sexual, orientações sexuais, preconceito regional, lingüístico, étnico, associação do sexo feminino à burrice, associação de classes menos favorecidas ou de categorias profissionais à ignorância, relação entre a velhice e a impotência total, seja sexual seja de discernimento, são pontos de partida para criação de supostos tipos sociais e, a partir deles, a criação do que chamam humor.[...] Não há dúvidas de que o ridículo faz parte da estrutura do argumento do poder. Colocando o outro no ridículo, estamos rindo como se estivéssemos na tribuna, em um ponto elevado, distante daquele que se encontra abaixo de nós.

Quando a TV Escola representa a identidade gay como alguém que apenas provoca risos, sem autonomia, pode reafirmar preconceitos e trazer prejuízos para a formação dos/as jovens evidenciando comportamentos de exclusão. Pode-se afirmar que alguns educadores/as comprometidos com o processo formativo, certamente, tratarão do assunto com a seriedade necessária. Johnni Langer (2004, p. 7-8) aponta para a perspectiva de utilização de vídeos em sala de aula:

Em uma época onde a leitura tornou-se minoritária perante as tecnologias como a TV e a computação, o cinema dissemina os referenciais populares sobre História com muito mais rapidez e eficácia que qualquer historiador. Isso reflete no ensino, visto a grande utilização do recurso por parte dos professores. Desta maneira, conseguir analisar produções cinematográficas, desconstruir seus estereótipos e criar um referencial crítico nos estudantes é uma meta importante para qualquer educador. E o campo está aberto para novas investigações acadêmicas, com imensas possibilidades de temas e pesquisas.

Mas será que a maioria dos/as professores/as está preparado/a para esse tipo de abordagem? Parece que não, como mostra os resultados das pesquisas que aqui já foram apontadas anteriormente e que lanço mão para mostrar a dificuldade que a escola tem para abordar as questões referentes à sexualidade.

Segundo a pesquisa realizada pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (2009) (FEA-USP), 87% da comunidade da escola pública (alunos, pais, professores e servidores) têm algum grau de preconceito contra homossexuais. “A violência dura, relacionada a armas, gangues e brigas, é visível. Já o preconceito a escola tem muita dificuldade de perceber porque não existe diálogo. Isso é empurrado para debaixo do tapete, o que impera é a lei é a do silêncio”, diz Miriam Abromovay para quem “isso significa que existe uma forma única de enxergar a sexualidade e ela é heterossexual [...] a escola deveria ser um lugar de diversidade, ela teria que combater em vez de aceitar e reproduzir”. Todas essas discussões nascem porque se tem colocado a heterossexualidade como a norma, mas, embora não existam perspectivas de alterar o sistema sexo/gênero de forma intempestiva, o processo de conscientização acerca das múltiplas sexualidades avança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção da identidade gay masculina nos programas da TV Escola poderia mostrar a preocupação com a questão da orientação sexual, trazendo para a sala de aula a discussão sobre a homofobia¹⁴ e sobre as múltiplas sexualidades. Como o personagem aparece estereotipado, ele reafirma os preconceitos sobre gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros, que tem sido excluídos do convívio escolar sendo levados à formação de guetos, para longe da informação, e tratados como párias pela sociedade.

¹⁴ O medo voltado contra os(as) homossexuais, pode se expressar ainda numa espécie de “terror em relação à perda do gênero”, ou seja, no terror de não ser mais considerado como um homem ou uma mulher “reais” ou autênticos(as). (LOURO, 1997, p. 28-29).

Quanto ao Kit anti-homofobia, ainda vetado, seria de fato uma possibilidade de avanço para a desconstrução do pensamento heterossexista que permeia a sociedade, principalmente a comunidade estudantil porque *a homofobia, com sua força desumanizadora, corrói a nossa formação e compromete a construção de uma sociedade democrática e pluralista.* (JUNQUEIRA, 2009 p. 37).

REFERÊNCIAS

ARAUJO, D.B. de. Representações sociais de gênero na TV Escola: uma análise feminista. Disponível em: < http://www.bibliotecadigital.ufba.br/tde_arquivos/61/TDE-2011-01-19T064219Z-2104/Publico/Dissertacao%20Denise%20Araujo%20seg.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação a Distância. MEC011. *Produção da TV Escola/MEC*. Brasil, 2002. 1 DVD (139' 57"), son., colorido.

BRASIL. *Lei n. 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. DOU, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 05 jun. 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental*. – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 05 jun. 2012.

BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERRÉS, Joan. *Televisão e educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

GOMES, Nilma Lino. Professoras negras: identidade e memória. *Educ. Rev.* Belo Horizonte n. 18/19, dez. 1993/jun.1994.

LANGER, Johnni. Metodologia para análise de estereótipos em filmes históricos. *Revista História Hoje*. São Paulo, n. 5, 2004. Disponível em: <http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=16>. Acesso em: 2 jun. 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MORAN, José Manuel. Novas tecnologias e o re-encantamento do mundo. *Tecnologia Educacional*. Rio de Janeiro, v. 23, n.126, p. 24-26, set./out. 1995. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/novtec.htm>>. Acesso em: 13 mai. 2012.

MARCONDES, Beatriz; MENEZES, Gilda; TOSHIMITSU, Thaís. *Como usar outras linguagens na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2003.

PESQUISA revela que 87% da comunidade escolar têm preconceito contra homossexuais. *UOL Educação*, 24 jul. 2009. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/ultnot/2009/07/24/ult105u8411.jhtm>> Acesso em: 05 jun. 2012.

REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIM, Luis José. *Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago/Biblioteca Pierre Menard, 1992.

CARNEIRO, Vânia L. Quintão. Televisão e educação: aproximações. In: TVE BRASIL. Salto para o futuro. *Tecnologias audiovisuais: TV e vídeo na escola*. p. 102-105, 2002. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/salto/livro/3sf.pdf> >. Acesso em: 2 maio 2010.